

A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ALAGOAS SOB O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PRONERA (1998 - 2008)¹

Raquelina da Silva Santos²
Eraldo da Silva Ramos Filho³

Resumo

O presente artigo problematiza a Educação do Campo no contexto do desenvolvimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no Estado de Alagoas, entre os anos de 1998 a 2008. O programa foi desenvolvido a partir de parcerias entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/AL), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (FUNDEPES), a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (SEE/AL) e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS). Essas parcerias contribuíram para a implantação dos cursos de alfabetização, formação de professores e curso técnico em agropecuária. Os cursos desenvolvidos foram: Projeto de Educação de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária em Alagoas (PROJERAL) responsável pela escolarização de jovens e adultos. Telecurso 2000 voltado para a formação dos educadores que não tinham o nível fundamental completo que foi complementado com o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO) que deu continuidade à formação dos educadores em nível médio e magistério. Houve, também, a formação técnica dos assentados que ficou a cargo da parceria do INCRA com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IF-Satuba). O PRONERA em Alagoas é um caso *sui generis*, e, nesse sentido, a análise desse programa no estado dentro da relação da luta pela terra e pela Educação do Campo é importante para entendermos o papel que este desenvolveu nos territórios dos assentamentos beneficiados pelo programa.

Palavras-chave: Educação do campo; PRONERA- Movimentos socioterritoriais

Introdução:

O PRONERA é uma conquista que tem garantido aos sujeitos do campo um direito que lhes foi tomado na história do campesinato, a educação. É na luta pela conquista da terra que se atrelam outros direitos como a educação e a saúde, desencadeando a valorização do homem do campo e o seu território de vida.

¹ Este artigo faz parte da dissertação de mestrado desenvolvida no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), intitulada: “Reforma agrária e Educação do Campo: as contradições do PRONERA em Alagoas”.

² Professora da Educação Básica na Escola Barão do Rio Branco – Blumenau – SC. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR raqueline.k@gmail.com

³ Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Geografia. Coordenador do Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR. Professor Dr. do Núcleo de Pós-graduação em Geografia (NPGE) – UFS. eramosfilho@gmail.com

A luta pela terra é uma luta de classes entre o capital e o campesinato. As ações de enfrentamento do campesinato na tentativa de conquistar uma justa distribuição de terras são expressas nas ocupações, nos acampamentos e na conquista dos assentamentos rurais, pois essa não deve expressar o fim da luta, mas o início de um processo de atos que reflitam a mobilização pelo acesso aos direitos essenciais a reprodução e permanência da classe camponesa na construção do seu território. Dessa forma, a conquista do assentamento materializa a luta na terra e mesmo com a conquista dos assentamentos, os camponeses permanecem na luta para o desenvolvimento do seu território, na busca de políticas públicas que lhes deem condições de vida e produção na terra.

É na luta camponesa que existe a dinamicidade do movimento camponês, que emprega novas relações que dão sentido a luta pela terra e a conquista dessa. É a territorialização dessa luta que vai atribuindo aos movimentos socioterritoriais um espaço significativo no contexto político, social, educacional e econômico. Os camponeses têm contribuído para a transformação da luta por melhores condições de vida na terra. Além da luta pela terra, uma luta muito significativa é a luta pela educação. Os camponeses têm pressionado o Estado para criar políticas educacionais que direcionem a formação a partir da realidade do sujeito camponês, neste sentido, as propostas educacionais buscam valorizar o campo enquanto território de vida.

Nesse processo, ocorre um mecanismo de força encontrado dentro da luta dos movimentos socioterritoriais que se contrapõem a educação rural idealizada e implantada pela classe dominante e instituem uma nova educação: a Educação do Campo que vai sendo construída na base do movimento e se configura numa conquista social, que se estrutura a partir de um projeto de vida, de sociedade representada na luta dos trabalhadores e nas suas conquistas.

A Educação do Campo tem como indutor principal para sua materialização o PRONERA, que foi instituído em 1998 e elaborado considerando o território camponês, enfatizando a formação de jovens e adultos no processo de escolarização, formação de professores, formação técnica, formação em graduação, especialização e pós-graduação. Em 2010 o PRONERA torna-se uma política pública que reflete a luta pela escolarização de milhares de jovens e adultos excluídos historicamente do direito à escolarização no campo. Neste sentido, o PRONERA vem se tornando um relevante instrumento de democratização do conhecimento formal em todos os níveis de ensino.

Para fundamentar nossa análise sobre os processos de luta pela terra e pela Educação do Campo focalizando o desenvolvimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Alagoas tivemos como metodologia: os estudos teóricos, estudos dos documentos do PRONERA em âmbito nacional e estadual, participação da II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II PNERA), entrevistas com coordenadores locais, educandos, educadores, estagiários e coordenadores geral do PRONERA.

A pesquisa qualitativa foi nossa base para considerarmos a participação dos sujeitos no processo de construção e desenvolvimento do PRONERA. O apoio das entrevistas semiestruturadas foi decisivo para analisarmos o programa sob a visão dos entrevistados. Essa pesquisa sobre o PRONERA em Alagoas tem como objetivo entendermos as condições que direcionam os pressupostos políticos e ideológicos presentes no direcionamento de políticas públicas de educação voltadas para o campo alagoano.

1. TERRITORIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO CAMPONESA

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada no ano de 1996, o campo ganhou valor enquanto território de vida específico e que precisava ser tratado como tal. Neste sentido, a educação para os camponeses passa a ser questionada veementemente no sentido de ampliar as condições da formação educacional deste território. Com isso, há uma dualidade entre o debate da educação rural e da educação proposta pelos camponeses, denominada por eles de Educação do Campo. Essa luta política e ideológica nasce dentro do movimento socioterritorial que mais tem engajado a luta pela terra e pela educação, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que busca evidenciar o campo enquanto território de vida e enfatiza que a educação precisa perpassar o ensino de crianças, é necessário ampliar as condições educacionais e dar possibilidades dos camponeses terem acesso à formação em todos os níveis de ensino.

O MST tem sido o grande propulsor da construção de uma educação que visa à mudança radical na formação humana e no próprio sistema social. Articular o entendimento de mundo com o entendimento da palavra torna a formação dos camponeses mais viva, em movimento, permitindo aos educandos um desenvolvimento mais concreto e abrangente.

Na luta pela terra e pela educação, as ações do Movimento têm reconfigurado o território brasileiro à medida que

[...] sua presença, suas lutas, sua organização, seus gestos, suas linguagens e imagens são educativas, nos interrogam, chocam e sacodem valores, concepções imaginárias, culturas e estruturas. Constroem novos valores e conhecimentos, nova cultura política. Forma novos sujeitos coletivos (CALDART, 2012, p.151).

Este Movimento se constitui no fortalecimento de suas lutas e reivindicações através de ações que se materializam nas ocupações, nos acampamentos e nas marchas. Ele traz em si não as dores de um grupo isolado, mas colocam em pauta as dores e angústias de todo o povo brasileiro, e mostra-nos que a esperança move e edifica, pois é pautada nela que apresentam proposições de uma nova sociedade, que busca destruir a iniquidade gerada pelo capital. Nesse sentido, o MST se torna o grande propulsor da luta por uma educação que se baseie na compreensão da realidade camponesa. Assim, o movimento na luta pela Reforma Agrária luta também

[...] pela democratização da educação. Não é possível viabilizar a democratização da terra e do capital com uma multidão de analfabetos. Por outro lado, na sociedade moderna, conhecimento, cultura, informação é poder. E é necessário que todos os camponeses tenham acesso a esses conhecimentos, por isso é necessário democratizar a educação (STÉDILE, 2005, p. 162).

O MST passa a ter um papel fundamental na formação dos educadores e educandos do campo. Várias ações são construídas para garantir a democratização da escolarização dos camponeses. A democratização, aqui, refere-se a ir além da escola pública representada pelo poder estatal. Na I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo realizada em Luziânia, Goiás, entre os dias 27 a 31 de julho de 1998 surge a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Esse movimento existe para articular os encontros, seminários, congressos, conferências, que dão visibilidade à Educação do Campo, proposta pelos movimentos sociais, mas vai além disso, pois fortalece as propostas e princípios educativos desse novo projeto de educação. Esse movimento definiu a democratização da Educação do Campo como

Ampliação (quantitativa e qualitativa) do acesso às escolas, não só para estudantes, mas também para suas famílias, comunidades, organizações e movimentos populares. Maior participação da população na tomada de decisões sobre a gestão do cotidiano escolar, sobre propostas pedagógicas e sobre políticas públicas; a escola precisa ser vista como um espaço da comunidade e não como um ente externo, onde o povo entra constrangido e nem imagina que pode interferir no que ali

acontece e no seu próprio destino; Maior participação dos alunos/alunas na gestão do cotidiano escolar, superando a mera democracia representativa; e Criação de coletivos pedagógicos capazes de pensar e repensar esses processos de transformação e traduzi-los em ações educativas concretas (KOLLING, 1999, p.39-40).

Pensar a educação democratizada leva os camponeses a criarem parcerias que viabilizem o avanço da Educação do Campo. Nesse sentido o apoio da sociedade civil, representada pelas universidades, em destaque a Universidade de Brasília - UNB, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e pela Organização das Nações Unidas para a Infância, Ciência e a Cultura - UNESCO, foram fundamentais para conquistar programas que dessem subsídios para alimentar a nova proposta de educação camponesa, o que eles denominam de Educação do Campo.

Essa proposta gerada no MST situa a educação em outra dimensão. É uma educação que

[...] nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana. [...] O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram quanto se reconhecem sujeitos de direitos (ARROYO, 1999, p. 9).

O papel do Movimento na educação tem se ampliado com sua territorialização. As propostas de formação humana também vão se ampliando à medida que propõem novas concepções de escolas, novas concepções de formação. Sua trajetória histórica é um grande exemplo de formação humana, pois suas ações vão criando e recriando a forma de pensar dos sem-terra.

A Educação do Campo pensada pelo Movimento se contrapõe à ordem estabelecida. É uma educação problematizadora das condições sociais dos sujeitos do campo, que procura favorecer um debate que questione a nossa condição social, a precarização educacional, a propriedade privada, concentração da terra, precarização da vida humana. Essa educação, baseada na luta, contrapõe-se à educação formal, que tem em si, segundo Caldart (2012, p. 344), "a ordem como valor mais precioso".

O que está em pauta é a necessidade de pensar uma educação para o campo, que evidencie a importância de uma pedagogia construída com os camponeses e voltada para a

realidade destes. Nesse sentido, "a Educação Básica do Campo"⁴ é parte de um projeto popular que o povo brasileiro quer e é, ao mesmo tempo, um meio para fazê-lo acontecer" (KOLLING et.al. 1999 p.13). Vinculado ao MST, o pensamento da Educação do Campo está ligado ao caráter ideológico e político empreendido na construção da identidade do movimento camponês.

É nesta perspectiva de uma nova educação, de um novo pensar da formação humana que é preciso radicalizar o processo de luta para a conquista de novas possibilidades de formação dos camponeses sem-terra. Em outubro de 1997, ocorre o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA). Nesse evento, representantes da Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Sul (UNIJUI), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), reuniram-se para discutir a participação das universidades na educação dos camponeses. O apoio das universidades, do INCRA, da UNICEF, da UNESCO contribuiu para a materialização do programa institucionalmente em 16 de Abril de 1998, por meio da Portaria nº. 10/98 que também regulamentou e aprovou junto ao programa seu Manual de Operações.

A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é considerado um exemplo de conquista dos camponeses. Foi do I ENERA que também surgiu a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo que foi promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em parceria com o Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UNB).

O PRONERA compõe a política de Educação do Campo, mas preserva sua especificidade de política pública de educação vinculada à Reforma Agrária.

Nesta perspectiva, o PRONERA institui uma nova concepção de política pública, que se constrói não com sujeitos isolados, mas com sujeitos concretos, territorializados, sujeitos coletivos de direitos, capaz de instituir novos direitos e de universalizá-los. Universalizá-los a partir

⁴ O conceito de Educação Básica do Campo leva em conta dois pontos para definir esse termo: 1. Considera Educação Básica o conceito retirado da LBD, Lei nº 9.394/96 que considera a educação básica os níveis de ensino infantil, fundamental, médio. Outros dois elementos são a educação de jovens e adultos e a escolarização profissional. O segundo ponto é Do Campo: a essa expressão foi preciso mudar a expressão do meio rural (expressão mais comum) para Do Campo, pois inclui uma nova reflexão sobre o camponês. Neste sentido, é a valorização "das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho" (KOLLING, et. al, 1999).

da sua concretude. E a sua concretude é a diversidade. Tal diversidade foi reconhecida pelo Estado brasileiro na publicação do Decreto Presidencial nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, ao instituir o PRONERA como um Programa integrante da política de Educação do Campo (art. 11º) e reconhecê-lo, ao mesmo tempo, como integrante da política de desenvolvimento do campo (MOLINA E AZEVEDO, 2011, p. 20).

Nesse sentido, este programa vem se tornando um relevante instrumento de democratização do conhecimento formal em todos os níveis de ensino. O PRONERA apoia projetos nas áreas de alfabetização dos jovens e adultos, formação em ensino fundamental e médio, nível técnico, superior, especialização e pós-graduação e formação continuada dos educadores. Tem como principais princípios político-pedagógicos a "relação indissociável da educação e do desenvolvimento territorial como condição essencial para a qualificação do modo de vida da população assentada". Esses princípios baseiam-se na articulação de quatro pressupostos básicos: **inclusão, participação, interação e multiplicação**. São esses princípios articulados que movimentam a construção e desenvolvimento do PRONERA, compreendendo que os territórios camponeses, a partir do seu modo de vida, da cultura, da relação do trabalho e das necessidades prementes deste território, buscam ampliar a inclusão por meio da participação da comunidade no processo de formação dos camponeses.

Outro princípio metodológico que é importantíssimo para a espacialização do programa nos estados e municípios: é a Parceria, a qual contribui para o desenvolvimento de uma gestão compartilhada, participativa a partir de uma construção coletiva entre os movimentos socioterritoriais, as Instituições de Ensino Superior, as comunidades dos assentamentos, o INCRA, os governos estaduais e municipais e as secretarias de educação. É através desse princípio metodológico que o PRONERA

Desenvolve-se por meio de uma gestão participativa, cujas responsabilidades são assumidas por todos em uma construção coletiva no acompanhamento e na avaliação dos projetos pedagógicos. A parceria é a condição para a realização das ações. Os principais parceiros são os movimentos sociais e sindicais do campo e as instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, além dos governos municipais e estaduais (BRASIL/PRONERA, 2011, p.15).

O programa se desenvolve sob uma gestão compartilhada e, com isso, descentraliza as ações institucionais. A participação conjunta dos atores envolvidos no PRONERA: governo federal, universidades, movimentos sociais, sindicatos dos trabalhadores rurais, governos

estaduais e municipais, visa ao "fortalecimento do mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais, éticas, educacionais" etc.

Através da gestão compartilhada, procura alfabetizar e elevar a escolaridade de jovens e adultos, aperfeiçoar educadores e universitários (formadores) e formar recursos humanos para atuar no desenvolvimento dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, na formação de educadores do campo, técnicos agrícolas, universitários especializados em manejo, etc. Todos esses âmbitos têm como estratégia elevar a capacidade técnica e científica e, com ela, promover a sustentabilidade dos assentamentos da Reforma Agrária.

O PRONERA deve se desenvolver a partir da Pedagogia da Alternância, que enfatiza a existência de diferentes tempos pedagógicos. É uma forma de adaptar a educação escolar à realidade do trabalho camponês, e caracteriza-se pela alternância de tempo-escola e tempo-comunidade. Essa pedagogia busca não dissociar o mundo do trabalho do mundo da escola, considerando ambos como espaço de vida.

O PRONERA erguido junto aos movimentos socioterritoriais permite a construção de uma educação pensada a partir da realidade deles. Essa política pública adquire um papel fundamental na disseminação das propostas de educação no campo, que valoriza o camponês a partir de sua relação com o trabalho e seu modo de vida. Empreendido pela luta da classe trabalhadora, o programa é o reflexo da luta pela educação camponesa, que deve ser integrada ao modo de vida camponês, respeitando as especificidades, e, a partir disso, construir uma educação radical que tenha o "poder transformador das ideias, a elaboração e difusão na sociedade de uma nova filosofia e visão de mundo, elaborando a crítica à barbárie da sociedade do capital".

Desta forma, procuramos compreender o desenvolvimento do PRONERA em Alagoas como uma construção da formação da intelectualidade da classe camponesa, a partir dos impactos e benefícios ocasionados nos territórios dos assentamentos rurais alagoanos.

2. A IMPLANTAÇÃO DO PRONERA EM ALAGOAS

Discutimos as condições da implantação do PRONERA em Alagoas, considerando que esse projeto foi desenvolvido dentro de uma educação hegemônica baseado no desenvolvimento de um currículo dissociado da realidade do educando. Nesse sentido, esse projeto nega a possibilidade de uma educação transformadora, dialógica, problematizadora que

favoreça ao educando a compreensão de sua realidade, e que a partir da leitura do seu próprio território seja possível sua interferência nos processos de luta e reivindicações para que se imponha contra a lógica destruidora do projeto hegemônico do capital. O campesinato insere na agenda política um novo paradigma educacional que, através da luta pela terra, coloca o debate do Paradigma da Educação do Campo. Dessa forma a relação entre a luta pela terra e pela Educação do Campo no Brasil é, segundo Fernandes⁵,

[...] uma luta territorial. A luta pela terra, ela contém várias outras lutas. E uma delas é a luta pela educação. Uma educação que permita o próprio desenvolvimento territorial. A construção da Educação do Campo ela é uma construção de uma política de desenvolvimento com base na dimensão da educação. Ela é importante para a própria luta pela terra, para o próprio desenvolvimento do campo. Ela é fundamental. (FERNANDES, 2013).

Nesse sentido, podemos pensar a constituição da Educação do Campo como meio de fortalecer a classe camponesa, pois esse paradigma nasce de baixo para cima. Surge a partir da necessidade de quem conhece a realidade do seu território e compreende a importância das mudanças das relações de subordinação tão presentes nos espaços do campo brasileiro.

Para Fernandes (2013)⁶, a Educação do Campo

[...] é original, ela tem uma genuinidade, ela é uma política muito séria, tanto é que ela tem 15 anos de idade e ela emplacou. Então o conjunto hoje de políticas de Educação do Campo está no Brasil inteiro e ela, está se tornando referência para outros países. O Brasil tem hoje uma educação que esta sendo vista por outros movimentos como referência (FERNANDES, 2013).

É essa educação que permite ao território camponês alagoano a viabilização do PRONERA no estado de Alagoas entre o período de 1998 a 2008. Em Alagoas, o programa foi sistematizado e pensado a partir de parcerias entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/AL), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Universitária de Desenvolvimento de

⁵ Entrevista realizada com o Professor Bernardo Mançano Fernandes no X Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia no dia 08 de Outubro de 2013 na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp - São Paulo como parte do plano de trabalho da Mobilização de Mestrado - Projeto Edital MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 06/2011 - Casadinho/Procad - a UNESP - Campus Presidente Prudente.

⁶ Ibid.

Extensão e Pesquisa (FUNDEPES), a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (SEE/AL) e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba.

Essas parcerias contribuíram para a implantação dos cursos de alfabetização, formação de professores e curso técnico em agropecuária. Os cursos financiados pelo PRONERA em Alagoas foram um desafio para a execução dos princípios político-pedagógicos do programa. Esses cursos colocaram em evidência outros projetos pedagógicos que se diferenciam da proposta de Educação do Campo.

Na formação de educação de jovens e adultos houve a criação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária em Alagoas (PROJERAL), que foi desenvolvido em quatro etapas. No que tange à formação de professores, foi preciso criar parcerias com a Secretaria Estadual de Educação de Alagoas para elevar a escolarização dos educadores, pois a maioria deles ainda não tinha o nível fundamental completo, com isso houve a inserção do Telecurso 2000 para que estes pudessem finalizar essa etapa da educação e inserir-se no curso de nível médio com habilitação para o magistério, que foi um curso viabilizado pela parceria com a SEE/AL, o Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO). A formação técnica dos assentados foi estabelecida pela parceria do INCRA com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IF- Campus Satuba).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi introduzido em Alagoas como forma de viabilizar a diminuição do analfabetismo no campo alagoano, atingindo as áreas de Reforma Agrária do estado. Temos 102 municípios e 174 assentamentos distribuídos neste território, porém apenas 11 assentamentos foram beneficiados com a implantação do programa. A área de abrangência do projeto foi limitada devido esta política ter sido direcionada pela gestão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com isso, apenas os assentamentos organizados pelo movimento foi beneficiário do programa, como podemos ver no quadro a seguir.

QUADRO 1 - ALAGOAS - MUNICÍPIOS E ASSENTAMENTOS BENEFICIADOS PELO PRONERA 1998 - 2008

| REGIONAL DO MST | MUNICÍPIO | ASSENTAMENTO |
|---------------------|----------------------|-----------------------|
| Paulo Freire | Porto Calvo | Maciape |
| | Matriz do Camaragibe | Santa Cruz Do Riachão |
| | São Luiz do Quitunde | São Frutuoso |
| Canudos | Atalaia | São Macário |
| | Branquinha | Nova Esperança I |

| | | |
|---------------------------|-----------------------|-------------------|
| Zumbi dos Palmares | Murici | Dom Hélder Câmara |
| | União Dos Palmares | Chico Mendes |
| Maria Bonita | Arapiraca | Dandara |
| | Girau do Ponciano | Dom Hélder Câmara |
| | Traipu | Sol Nascente |
| Virgulino Ferreira | Olho D'água do Casado | Nova Esperança |
| TOTAL | 11 | 11 |

FONTE: Relatório Final PROJERAL 2000/2001. Organizado por Raqueline da S. Santos

Os cursos do PRONERA em Alagoas negaram algumas condições de pensar a educação camponesa a partir de suas especificidades quando criaram parcerias com programas cujas propostas educacionais não condizem com a construção da luta política e ideológica posta na Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de Educação do Campo é uma nova proposta de educação que busca perpassar o currículo da escola urbana e do projeto político e ideológico do capital que tem tornado a educação em um sistema de mercadoria. A educação deve formar para a vida não para o mercado. Esse projeto de uma educação que está voltada para formar mão de obra específica, que aceite as relações de trabalho imposta pelo capital é fruto do projeto de dominação deste sistema. No entanto, a formação desligada da realidade proporcionou ao movimento socioterritorial construir outra forma de pensar a educação. Porém, para chegar esse processo foi preciso superar as cercas da ignorância que o próprio capital submeteu o campesinato.

A resistência camponesa tem sido a maior força na luta pela terra e pela educação. Pensar um projeto de educação que se diferencie do projeto hegemônico do capital é um desafio. No entanto, os movimentos socioterritoriais resistem e a cada dia reaglutinam forças para enfrentar as amarras que o prendem. É neste processo que a Educação do Campo é empreendida e com isso o campesinato vai se distanciando da educação rural. Os camponeses têm com isso ocupado espaços que nunca ocuparam. Universidades, escolas técnicas, cursos de graduação e de pós-graduação voltados para a realidade camponesa é a maior conquista que esta classe tem adquirido com a territorialização da luta pela terra e pela educação.

A trajetória camponesa é o caminho para a formação humana. É a histórica luta dos movimentos que criam a forma de pensar do ser sem-terra. O movimento de luta cria possibilidades de repensar sua condição de ser no mundo e o papel que o camponês deve exercer na luta pela conquista da terra, da educação, por políticas de assistência, por condições dignas

de sobreviver em seu território. É uma nova postura dentro da sociedade que ressignifica o espaço do campo, nesse processo, o campesinato compreende que só por meio da luta é possível mudar a trajetória de vida condicionada ao homem do campo. Nessas lutas reafirmamos a conquista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária como a principal política pública que tem direcionado o desenvolvimento do projeto de Educação do Campo no Brasil.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é considerado a oportunidade dos camponeses estudarem e articularem sua formação mediada por sua realidade. É uma concepção de educação revolucionária, mas que tem atendido às perspectivas e anseios dos camponeses em cursos de formação pautados em sua realidade. O PRONERA, além de ser um projeto ideológico, também se tornou um projeto político. Ao torna-se política pública, o referido projeto garante a sua continuidade nos territórios camponeses, além do que assegurar aos camponeses o direito a escolarização em todos os níveis do ensino, através de uma metodologia que atenda suas necessidades.

As particularidades do PRONERA o tornam um instrumento político que passa a ser um grande aliado da formação camponesa. Sua ação é provocadora ao modelo de educação do Estado. O programa proporciona, a partir de suas ações de formação, a criação de novos espaços de disputa, e, com isso, vai democratizando a formação camponesa em espaços antes apenas tomados pela elite, como nas universidades, como nos cursos de Direito, por exemplo.

É um programa que, no Brasil, tem suscitado a formação de muitos camponeses, porém, em Alagoas, o PRONERA foi desenvolvido por um viés diferenciado. Adotou programa cujas metodologias divergem da luta camponesa e do projeto político-pedagógico da Educação do Campo. Em Alagoas, a educação dos camponeses existe por persistência dos movimentos que procuram ampliar as condições de acesso ao direito fundamental à formação do sujeito. A socialização e apropriação dos conhecimentos são processos que podem mudar a vida dos marginalizados e lhes permitir o acesso às riquezas produzidas socialmente. Este é o sentido das lutas dos movimentos socioterritoriais pela Educação do Campo.

É preciso construir políticas que direcionem para um fluxo contínuo, porque a educação é processo e em pequenos ciclos ela avança. Reconhecemos que o PRONERA em Alagoas progrediu pouco, que os resultados poderiam ter sido mais satisfatórios se houvesse uma gestão contínua que pensasse a longo prazo para investir os recursos em demandas essenciais, materiais, estruturas, formações. Essa divergência de paradigmas educacionais causa um

conflito entre as classes, que talvez não fosse compreendida pelos assentados, mas que é bem compreendida entre as instâncias maiores (UFAL, INCRA, MST, FUNDEPS, SEE/AL).

A Educação do Campo, em suas especificidades, procura levar em conta a cultura, as necessidades e um projeto de longo prazo para o desenvolvimento desse projeto educacional. Articular programas paliativos é destoar da proposta de luta dos movimentos socioterritoriais. É preciso criar propostas que fortaleçam a Educação do Campo. Quando vinculamos a educação dos camponeses à propostas divergentes estamos dando continuidade ao processo de educação negado pelos movimentos. O PRONERA deve fortalecer a educação nos territórios camponeses. Esse fortalecimento deve estar direcionando para a ampliação da escolarização do campo, perpassar os níveis de alfabetização.

Nesse sentido, o PRONERA deve se tornar um instrumento de democratização do ensino no campo alagoano bem como em outros territórios, deve, também, apoiar projetos voltados para as concepções educacionais do campo. É preciso por em prática os princípios do programa: inclusão, participação, interação e multiplicação. São eles que promovem a construção do desenvolvimento do programa. O movimento socioterritorial deve ser o protagonista dessa história, a universidade, uma parceira que auxilie na construção desse projeto educacional, não deve desvincular os processos de luta e necessidades da educação camponesa, colocando-os a processos educacionais já superados pelo Movimento de Educação do Campo.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária deve ser deixado de ser compreendido dentro de uma perspectiva legalista e formal, e deve passar a ser visto como um projeto associado ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Esta possibilidade já existe latente nos assentados, nos educadores e educadoras dos assentamentos, há, então, a urgência de se construir um processo de gestão compartilhada nas novas experiências que venham surgir no estado e possibilitem o avanço da Educação do Campo em Alagoas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. CALDART, Roseli Salet. MOLINA, Mônica Castagna (Org.) **Por uma educação do campo**. Editora: Vozes. 3º Ed. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. (Tese de Livre Docência). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP, v.1-2 Presidente Prudente, 2013.

FRM. Fundação Roberto Marinho. **Telecurso 2000**. Disponível em: <<http://www.telecurso2000.org.br/>>. Acesso em janeiro de 2013.

GENTILI. PABLO. **A falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Rio de Janeiro. Vozes. 1998.

INCRA. MDA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. Manual de Operações**. Brasília, Abril de 2001.

_____. Escola Agrotécnica Federal de Satuba. **Convênio firmado entre 2007/2008. Processo Nº 54360.000956/2007-26**. Realização do Curso de Técnico Agropecuário para formar os assentados e os filhos dos assentados a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Alagoas.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. - Brasília, 2007. Disponível em:< <http://www.red-ler.org/panorama-educacao-campo.pdf>> Acesso em 20 de maio de 2013.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº. 04.

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. Tese (Doutorado desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Brasília- DF, novembro de 2003.

MUNARIN, Antônio. BELTRAME, Sônia. CONTE, Soraya Franzoni. PEIXER, Zilma Izabel (orgs). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Insular. Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 1ª Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

RODRIGUES. Marlene. **Cartilhas da dominação: a ideologia das primeiras letras nos campos do Brasil**. Curitiba. Editora da UFPR, 1991.

SANTOS, Raqueline da Silva Santos. **O ensino-aprendizagem de geografia na formação dos educadores do PRONERA em Alagoas (2002 e 2006)**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Alagoas. 2011. Maceió.

VERGNE, Ana. **Relatório final do Projeto de Educação e Capacitação de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária em Alagoas. Etapa 2005-2007**. Maceió, novembro de 2008.